



Assembleia da República
Gabinete do Presidente

Nº de Entrada: 324222

Classificação
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

05/05/02

Data
09.11.24



- REQUERIMENTO Número / XI (1.ª)
- PERGUNTA Número 324/XI (1.ª)

Expeça-se
Publique-se
25 / 11 / 09
O Secretário da Mesa <i>Recorra</i>

Assunto: Precariedade dos Terapeutas da Fala promovida pelo Ministério da Educação

*Por determinação de S.º S.º S.º A.º, a
Sra. Secretária da Mesa*

Destinatário: Ministério da Educação

09.11.24

[Handwritten signature]

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento de uma denúncia de estímulo à precariedade por parte do Ministério da Educação. É mais um triste episódio de promoção da insegurança laboral por parte do Estado, da negação de direitos laborais essenciais, e de não reconhecimento do trabalho meritório de profissionais que desempenham um papel determinante para o desenvolvimento pedagógico e emocional das crianças com necessidades especiais.

É o caso de terapeutas da fala que tinham um contrato de trabalho, desde há seis anos, com o Ministério da Educação em regime de contratação anual. Mas no ano lectivo 2008/2009 a DRELVT (Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo) deixou de fazer contratação de terapeutas da fala directamente pelos Agrupamentos de Escolas, como até então, e passou a fazer acordos com os Centros de Recursos para Inclusão (CRI), para serem estas instituições contratarem directamente e em condições precárias. O Ministério da Educação disponibiliza a verba e depois estes CRI contratam os serviços mas sem qualquer contrato de trabalho, em regime de prestação de serviços (recibos verdes).

Para estes trabalhadores só há duas saídas: o desemprego ou a precariedade (os falsos recibos verdes), sem contrato de trabalho, sem subsídio de refeição, sem subsídio de Natal e de férias, sem direito a subsídio de desemprego.

Três terapeutas da fala, 1 fisioterapeuta e um terapeuta ocupacional integravam uma equipa pluridisciplinar ligada a uma CERCIL da zona da grande Lisboa. CERCIL que foi "criada" como suporte à equipa pluridisciplinar, não dispunham de instalações nem transportes, apenas um grupo de pais (directão), uma equipa terapêutica e um protocolo com a DREL, celebrado em 1993 e que foi renovado ao longo de 16 anos.

Durante estes 16 anos acompanharam mais de 1500 crianças, com uma média de 140 casos anuais, distribuídos pelos vários apoios; foram realizadas inúmeras formações a docentes, pais, e no ano lectivo transacto, encontravam-se a dar apoio a 6 agrupamentos no regime de itinerância.



Inclusivamente várias partes da documentação de suporte à formação de Centro de Recursos de Integração (DGICS) continham texto teórico elaborado por esta equipa nos diversos projectos que entregávamos anualmente.

Em Setembro de 2008, após publicação das normas para a creditação de CRI, estes técnicos foram surpreendidos pelos critérios exigidos para creditação: edifício próprio, transportes, protocolos. Concorreram à creditação para CRI três vezes, pois de acordo com o DGIDC o processo não estava completo, e o mais importante seria o edifício e o transporte.

Ora, esta equipa deslocava-se ao local onde estavam as crianças, que não eram retiradas das escolas, não sendo compreensível a exigência de transportes adaptados e instalações próprias. Solicitaram uma reunião à DREL, na qual foi comunicado que “nunca seriam creditados, que isso seria um procedimento para grandes CERCI’s que têm edifícios a sério e carrinhas oferecidas pelas Câmaras e que não valia a pena insistir”. Foi questionado qual o futuro das crianças envolvidas, ao que responderam que estavam a formar professores para dar apoio específico em linguagem e que, no que respeita à Fisioterapia isso seria da responsabilidade do Ministério da Saúde. Foi ainda afirmado que “teriam muita sorte por ter esta informação com um ano lectivo de antecedência”.

Os agrupamentos da zona foram obrigados a fazer protocolos com uma grande CERCI de um concelho vizinho, que foi creditada. Mas em meados de Setembro a creditação foi retirada por motivo desconhecido. Os agrupamentos viram-se obrigados nas últimas semanas a fazer protocolos com serviços privados de terapia de fala e fisioterapia, alguns conseguiram averbamentos para contratar terapeutas a recibo verde.

Passaram a usufruir do serviço intermitente de técnicos, sujeitos ao rodopio próprio dos terapeutas que integram temporariamente empresas privadas (pagos à hora, com valores inferiores a trabalho não qualificado), sem qualquer supervisão. A equipa interdisciplinar foi extinta em 31 de Agosto de 2009, por despacho oficial.

A situação exposta é indigna, humilhante, pedagogicamente desadequada e reveladora das erradas políticas educativas que este Governo PS tem desenvolvido. A negação e o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores e pela destruição da escola pública e inclusiva, a obsessão economicista, assim como a falta de sensibilidade e perspectiva pedagógica do Ministério da Educação tem contribuído para a degradação das condições de vida das crianças, dos pais, dos professores, dos terapeutas da fala e ocupacionais, dos fisioterapeutas, dos trabalhadores não docentes. Esta denúncia afirma com mais clareza a necessidade de ruptura com esta política que tem sido seguida, e a necessidade de reforço de meios humanos com condições de trabalho dignas, e meios materiais para a Escola Pública.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea d), do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao **Ministério da Educação**, os seguintes esclarecimentos:

- Tem esse Ministério conhecimento da situação relatada?
- Qual a justificação para o abandono da equipa de técnicos que acompanhava as crianças



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

regularmente para a contratação através dos CRI?

- Que medidas vai esse Ministério tomar no sentido de garantir o cumprimento da lei e o reconhecimento dos direitos destes trabalhadores, uma vez que estes continuam a desempenhar funções permanentes, estando contratados a título de prestação de serviços?

Palácio de S. Bento, 24 de Novembro de 2009

A Deputada,

Rita Rato
Rita Rato